

APRESENTAÇÃO

Recentemente assumi a editoria da Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP), e neste número inauguro a apresentação das edições que estarão mais diretamente sob a minha responsabilidade¹. Entretanto, a Revista continuará contando com a valiosa contribuição de Ludmila Ribeiro, agora como editora assistente, o que significa fundamentalmente a continuidade da qualidade do trabalho desenvolvido, até então, por ela e pela equipe editorial.

O compartilhamento da editoria da Revista entre nós expressa, sobretudo, uma proposta comum de reestruturação deste periódico no que diz respeito, não apenas ao trabalho relativo ao fluxo editorial regular, mas também a busca pela inovação da política editorial com vistas ao seu aprimoramento. Nesta direção, várias mudanças estão sendo implementadas para que possamos melhorar a qualidade da Revista, obtendo assim uma melhor classificação entre os indexadores de periódicos científicos, objetivando colocar a RBSP em um patamar elevado de excelência entre as publicações do campo de estudos sobre segurança pública.

Como a edição anterior, esta publicação está sendo divulgada em um momento extremamente difícil para o mundo e para o nosso país, com a eclosão da pandemia do novo Coronavírus. De acordo com dados do boletim divulgado pela OMS, em 10 de setembro, contabilizava-se 27.738.179 de casos confirmados e 899.916 mortos pela doença causada pelo vírus - Covid-19 - no mundo, 14.337.245 contaminados confirmados e 498.255 mortes na região das Américas, sendo que só no Brasil computava-se 4.162.073 contaminados comprovados e 127.464 mortos.

Nesse cenário, presente e futuro se traduzem por muitas incertezas e inseguranças, pois não sabemos ainda com precisão o impacto da pandemia sobre a dinâmica das sociedades: como a economia, a política, a cultura e o meio-ambiente serão afetados? Como, a partir deste momento dramático, será nossa vida cotidiana? Como se dará o convívio nos espaços públicos e privados? Quais características predominarão com relação ao acesso e uso desses espaços? Como a questão da ordem pública nas grandes cidades do mundo se configurará?

Cabe ressaltar que no Brasil, as questões conjunturais relacionadas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 somaram-se aos problemas já conhecidos com relação à precariedade de serviços em diferentes setores - saúde, trabalho, educação e segurança pública -, que insistem em permanecer incomodamente presentes no cenário nacional, conservando-se como um desafio a ser superado.

Na área da segurança pública chama a atenção, a persistência dos altos índices de criminalidade, as elevadas taxas de letalidade, as múltiplas violências, mas, principalmente, perdura a desarticulação entre programas e projetos no âmbito do Estado que possam dar respostas de modo integral as necessidades da população.

Como se verá adiante, os artigos do dossiê que integra essa edição², juntamente com cinco artigos do fluxo regular e uma nota técnica, trazem preocupações teóricas acerca de alguns desses temas, bem como proposições para subsidiar a formulação e gestão das políticas públicas mais eficientes e eficazes para o enfrentamento dos problemas apresentados.

¹ *É preciso salientar que os textos expostos neste número - fluxo regular e dossiê - são fruto do trabalho de captação de Ludmila Ribeiro, ainda como editora chefe da Revista.*

² *A apresentação dos artigos temáticos conta com apresentação do seu organizador, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.*

Embora não haja respostas para as questões colocadas, o momento presente indica a necessidade de nos debruçarmos sobre essas várias dimensões para melhor compreendê-las e problematizá-las com vistas a traçar novos caminhos e enquadramentos.

Os dois primeiros artigos do fluxo regular “Caracterização do Femicídio na cidade Belém-Pará e Desafios do combate à violência contra a mulher pós criação da Lei Maria da Penha” e “Os desafios da luta frente à violência contra a mulher sob a ótica de Pierre Bourdieu” abordam a violência contra mulher no Brasil em suas diversas manifestações, considerando os avanços conquistados para o enfrentamento à esse tipo de violência, expressos na legislação e nas políticas públicas especialmente voltadas para a questão, bem como as fragilidades verificadas por intermédio da análise de casos concretos.

O primeiro artigo faz uma análise do crime de feminicídio no município de Belém, Pará, no período de 2011 a 2015, através de pesquisa documental, por meio de dados secundários fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal-SIAC (Pará) - boletins e procedimentos policiais referentes à morte de mulheres por razões de gênero -, buscando compreender os fatores que compõem esse crime no município de Belém. De acordo com as autoras, realizou-se o exame de 45 (quarenta e cinco) casos de mulheres mortas, no período de 2011 a 2015, ocorridos no município de Belém capital do Estado do Pará, os quais se enquadram no crime de Femicídio.

Os resultados da pesquisa realizada corrobora com outros estudos sobre o assunto³, demonstrando que grande parte das vítimas tinha relação próxima com autor, e o crime ocorreu com maior frequência no ambiente doméstico - espaço residencial; quando perpetrado em via pública havia uma relação de proximidade com o acusado, e nos casos em que ocorreram em locais diferentes, os autores do delito conheciam a rotina da mulher. O estudo revela, ainda, que no universo investigado os crimes de feminicídio ocorreram por arma perfuro cortante, motivados, majoritariamente, pela recusa ao encerramento de um relacionamento, já violento. Quanto à distribuição espacial do crime, constatou-se que houve uma distribuição de forma heterogênea e concentrada em bairros pertencentes a áreas periféricas da cidade de Belém.

A partir do estudo realizado, as autoras sublinham a importância de se refletir sobre a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher - seja por suas múltiplas causalidades - valores, padrões culturais, relações de poder, etc -, seja pelas diversas formas que assume - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, etc -, com vistas a subsidiar e avaliar políticas públicas “proativas” para o enfrentamento à questão. Como as autoras salientaram, “o feminicídio chama atenção pela maneira em que o mesmo ocorre. Morre-se por ser mulher, tendo como condicionantes: violência constante, dominação, intenção de matar”.

O segundo artigo propõe discutir o fenômeno da violência contra mulher no país a partir da análise empreendida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica, considerando-a como a chave de leitura para explicar o paradoxo existente entre as conquistas e avanços dos meios legais e políticos para conter a violência doméstica e familiar contra a mulher e o aumento deste tipo de violência registrado nos últimos anos.

³ Nesta perspectiva, um interessante trabalho é o de MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca; MOREIRA, Iriscelia Acácio. O feminicídio como expressão de poder nas relações de gênero. *Caderno Espaço Feminino*, v. 33, n. 1, p. 125-151, 2020.

Por intermédio da contextualização histórica das respostas do Estado brasileiro para o enfrentamento da violência doméstica - desde a criação de Delegacias Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs) e de Casas Abrigo, passando pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIMS) e legislações específicas - os autores procuram fazer uma discussão sobre o êxito das medidas estabelecidas no combate à violência doméstica e familiar contra mulher, especialmente pelo exame daquelas referidas à Lei Maria da Penha.

A análise realizada evidencia fragilidades na aplicação das políticas públicas dirigidas ao enfrentamento da violência doméstica contra mulher, principalmente no que diz respeito às medidas que visam uma assistência contínua, integral e resolutiva com vistas ao atendimento e a proteção efetiva às mulheres.

Uma importante constatação, presente em ambos os artigos, relaciona-se as fragilidades do sistema de justiça criminal e de segurança - morosidade do judiciário, déficit de profissionais qualificados, falta de estruturas físicas adequadas para atendimento, dentre outras - para aplicar corretamente o arcabouço legal já existente, com vistas a garantir os direitos das mulheres. No entanto, o que os dois artigos ressaltam fortemente, é que a ineficácia ao enfrentamento à questão não se limita apenas a fatores objetivos; refere-se, sobretudo, à dimensão cultural que envolve o lugar atribuído à mulher na estrutura social, baseada na concepção “de dominação e superioridade masculina e discriminatória contra mulher”, que penetra nas instituições, naturalizando as múltiplas violências perpetradas contra a mulher na nossa sociedade. Em consequência, os autores indicam que para romper com o ciclo de violência - objetiva e simbólica - a que está exposta a mulher, é preciso que se conceba políticas públicas que incorporem ações educativas que operem uma “mudança sociocultural” comprometida com a concepção emancipatória e de respeito aos direitos da mulher.

Em suma, os artigos denunciam um padrão de violência que não é novo, necessitando urgentemente ser enfrentado com políticas públicas, que estejam comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a equidade de gênero e o atendimento integral à “mulher em situação de violência” (Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha), com vistas a superação dessa violência. Sem elas, o círculo vicioso da violência perdurará.

O terceiro artigo desta publicação, “Determinants of Crime in Brazil: Spatial Spillover, Heterogeneity and the Impacts of the Bolsa Família”, procura examinar os impactos do Programa Bolsa Família sobre os determinantes do crime, particularmente dos homicídios, em 5.565 municípios de cinco macrorregiões - Norte (NO), Nordeste (NE), Sudeste (SE), Sul (SU) e Centro-Oeste (CO) -, relacionando-os as hipóteses de duas matrizes teóricas - a da “escolha racional” e a da “desorganização social”. Por intermédio dos recursos da análise espacial, os autores produziram resultados que podem auxiliar na apreensão de alguns elementos importantes sobre o crime em municípios brasileiros, contribuindo assim para subsidiar a definição e gestão de políticas públicas na área da segurança no Brasil.

O artigo que se segue, intitulado “Medida de Segurança: perfil dos internados em um hospital psiquiátrico do Interior do estado de São Paulo” descreve o perfil dos indivíduos internados sob medida de segurança no referido serviço, no período de um ano, de maio de 2013 a maio de 2014. Através da pesquisa documental dos prontuários desses pacientes, o estudo se debruça sobre um universo muito desconhecido - o daqueles que praticam condutas estabelecidas como crimes, mas que por sua capacidade de compreensão da realidade reduzida, em decorrência de transtornos mentais, são considerados como inimputáveis -, seja do ponto de pesquisas científicas no meio acadêmico, seja do debate público como um todo.

Dentre os resultados a que chegou a pesquisa, destacam-se: a predominância, dentre os internados, de diagnósticos de utilização de substâncias que causam dependência química, concomitante aos transtornos mentais; o grande número de desinternações, sem que haja realização de laudo de periculosidade; bem como a predominância de indivíduos de baixa renda e grau de escolaridade. O exame dos dados mostrou, ainda, que os delitos mais cometidos foram homicídio, seguido por furto e agressão, tendo como medida aplicada, a medida de segurança, cujo período de internação variou entre uma semana e sete anos.

No estudo realizado, é colocado em relevo dois conjuntos de princípios, cujos fundamentos diferem e colidem entre si para o tratamento de indivíduos com transtornos mentais: de um lado, há os princípios trazidos pela Constituição Federal de 1988 e as modalidades de internação de caráter civil previstas na Lei Federal 10.216 de 2001, referente a Reforma Psiquiátrica estabelecida no país; de outro, tem a medida de segurança, de submissão forçada a tratamento em estabelecimento de saúde mental, determinada por juiz criminal, dentro do devido processo legal. Mais do isso, a pesquisa demonstra como esses dois princípios encontram-se apartados no campo empírico estudado, limitando a garantia de direitos e a qualidade da assistência que esses indivíduos necessitam para sua reabilitação e reinserção social.

Para o autor, os resultados da pesquisa realizada indicam a complexidade da questão, exigindo “a união de esforços entre diversos setores em busca de políticas públicas que possam garantir uma assistência mais humanizada às pessoas com transtornos mentais que praticaram algum tipo de delito”.

O texto “Violência Urbana e as Políticas de Segurança Pública do Estado do Pará: Um Breve Comparativo das Décadas de 1990 a 2018” teve como objetivo refletir a relação entre violência urbana e criminalidade, bem como suas consequências para a sociedade brasileira, e em particular para o estado do Pará, que no período de 2011 a 2017, teve um total de 48.3% de aumento em crimes violentos de todo país, e de homicídios dolosos o total de 45.3% no estado. Para isso, os autores utilizaram dados e informações derivadas de diversas fontes sobre crimes violentos como roubos, furtos e homicídios dolosos, disponibilizados através do banco de dados de órgãos de Segurança do estado do Pará, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará-SEGUP, e das Instituições que estudam a violência e criminalidade como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Buscou-se, ainda, fazer uma análise das políticas públicas na área da segurança adotadas no estado do Pará, entre o período de 1990 a 2018, abordando possíveis motivos de fracasso nos programas.

Os autores concluem que o panorama esboçado é preocupante, evidenciando a necessidade de políticas públicas de segurança capazes de solucionar “anos de negligência nos investimentos em segurança e prevenção da violência urbana e criminalidade no estado”.

Ainda no âmbito do fluxo regular, foi inserida a nota técnica “Jornada de Trabalho na PMRN: o Estabelecimento de Limite e Viabilidade de Implantação de Banco de Horas nas Unidades Operacionais do Comando de Policiamento Metropolitano”, configurando-se nesta edição como uma nota técnica. Trata-se de um estudo cujo objetivo foi analisar as horas de trabalho alocadas para as atividades atividade-fim (policiamento em suas diversas modalidades) e para as atividades-meio (administrativo) na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em comparação com a destinada ao trabalhador comum, considerando a possível aplicação dos fundamentos do “banco de horas” em unidades do Comando de Policiamento Metropolitano de Natal (RN).

O estudo compreendeu a realização de pesquisa documental - documentos das esferas federal e estadual referentes à flexibilização da jornada de trabalho, e das normas internas vigentes na corporação militar

- e de pesquisa bibliográfica sobre o tema flexibilização da jornada de trabalho, em diferentes esferas. Por intermédio também da pesquisa-ação, foi aplicado, no segundo semestre do ano de 2015, um questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas aos policiais militares - praças e oficiais - sobre o assunto.

De acordo com o autor, os resultados do estudo permitem afirmar que “o banco de horas tem o potencial de representar uma solução viável para o controle das atividades profissionais dos policiais militares, assegurando maior eficiência na segurança pública estadual”.

A importância desse estudo reside no diagnóstico realizado sobre a diferenciação das horas dispendidas nas atividades administrativas e operacionais nas organizações policiais militares do Comando de Policiamento Metropolitano pesquisado, considerando os possíveis efeitos sobre a motivação para o trabalho daqueles que trabalham mais horas, no caso os policiais que estão desempenhando a atividade-fim. Além disso, a pesquisa demonstra que a aplicação do banco de horas no policiamento ostensivo e no serviço administrativo dessas organizações policiais militares, pode se constituir uma forma inovadora de garantir o uso racional dos recursos humanos à serviço de uma gestão eficiente do trabalho policial.

Pode-se afirmar que a marca distintiva do conjunto dos artigos publicados nesta edição da Revista Brasileira de Segurança Pública reside em colocar no centro da discussão dos temas estudados, a necessidade da presença do Estado, como ator importante, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas com vistas a dar respostas aos problemas que persistem sem solução adequada na realidade brasileira contemporânea: a falta do direito à segurança, saúde, justiça e vida, sobretudo, das mulheres.

Boa leitura!

Paula Poncioni (UFRJ)

Editora Chefe da RBSP



REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**